

8. APRECIÇÕES DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

Antes de aprofundarmos o tema principal do trabalho, a valorização dos sítios arqueológicos do Alentejo e Algarve, foi necessário indagar a importância que o Património Arqueológico possui nas políticas estratégicas do nosso país.

Pudemos, assim, verificar que, a partir da segunda metade do século XX, o conceito de Património Arqueológico evoluiu. Actualmente, este conceito tem uma perspectiva de revitalização do monumento nas suas diversas vertentes, onde também se integram a dimensão e o enquadramento espacial. O Património Arqueológico não se reduz a uma peça ou vestígio histórico de forma atomística, mas abrange toda a sua envolvente, incluindo a própria matriz do espaço em que se insere. Neste âmbito, a Europa iniciou programas que têm como principal objectivo a monitorização, a elaboração de itinerários, bem como a criação de parques arqueológicos, incluindo realidades diversificadas, mas sempre enquadradas no meio envolvente, urbano ou rural.

Procurámos também identificar as políticas incidentes sobre o Património Arqueológico, deduzindo as dificuldades que se levantam em Portugal. Registam-se cinco grandes finalidades que definem e regulam os sítios arqueológicos:

- interligação com o meio cultural e natural;
- difusão do conhecimento científico, histórico e educativo;
- importância do estado de conservação de todo o espaço, com o intuito de revelar ao público os vestígios apresentados;
- criação de infra-estruturas necessárias à visita do turista/visitante, que facilitem a presença de pontos de informação turística ao público, e ainda a construção de itinerários e oferta turística relativa ao sítio em questão;
- comunicação para um público abrangente, apoiada por centros e postos de informação e de acolhimento, museus, publicações, material multimédia e audiovisual, materiais didácticos, entre outros.

Ao consultarmos o Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo (2001), encontramos vários aspectos que entram em consonância com os objectivos do IPPAR.

O primeiro aspecto prende-se com a promoção de Évora, baseada na sua diversidade de recursos culturais e históricos interligados com a organização administrativa e económica do município. Relativamente, a Beja e Portalegre, considerados como centros urbanos detentores

de potencialidades patrimoniais e monumentos de elevado interesse turístico, destaca-se a sua importância como pontos de irradiação para diversos percursos turísticos. Deste modo, a visita turística a Beja expande-se para Moura, Serpa e Mértola, enquanto que, a de Portalegre abrange Castelo de Vide e Marvão.

Esta perspectiva conduz a um produto turístico em destaque no Alentejo – o *Touring* – predominante em temas como Castelos e Fortalezas, Igrejas e Conventos, as *Villae*, o Megalitismo²⁰.

Já foram assinalados os objectivos do IPPAR na política de valorização dos sítios arqueológicos. Alguns deles entram em concordância com as apostas estratégicas do Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo (2001), a saber:

- *“recuperação e valorização patrimonial de todos os aglomerados turísticos alentejanos, desenvolvendo os conceitos de cidades, vilas e aldeias turísticas”*, apostando fortemente no *Touring* complementado com o Património Arqueológico urbano e rural;
- *“Recuperação e valorização turística das grandes estações arqueológicas romanas da região (particularmente Cetóbriga, Miróbriga, S. Cucufate, Pizões, Torre de Palma e Ammaia)”* apostando na projecção dos circuitos temáticos arqueológicos;
- *“Desenvolver uma rede de museus, com grande capacidade de atracção, inovação e animação turística, de visibilidade internacional, configurados (...) com (...) grandes recursos patrimoniais do Alentejo”*, reforçando-se os serviços complementares dos produtos turísticos históricos e culturais;
- *“Visibilizar internacionalmente o destino turístico e a marca do Alentejo”* projectando a sua diversidade histórica, monumental em toda a sua ruralidade;
- *“Reforçar a visibilidade patrimonial, cultural e turística das cidades de Portalegre, Beja, Elvas e Estremoz”* oferecendo um leque de oferta patrimonial.

É igualmente importante referir as apostas na informação incentivando as iniciativas ligadas às novas tecnologias no sector turístico e implementar a sinalização turística regional e municipal. O alcance destes princípios será atingido mobilizando as iniciativas privadas e públicas de forma concertada com a população residente.

Partindo da premissa que a oferta turística possui, actualmente, como tendências pilares a paisagem, a cultura e a história de cada destino receptor, não poderíamos deixar de enfatizar a interligação que se estabelece entre a paisagem e os espaços arqueológicos estudados. Esta

²⁰ CF Anexo, Quadro n.º 17.

interligação existente entre a paisagem e os arqueossítios fomenta, ao longo dos tempos, uma alternativa museológica, na qual se apresenta um sistema eficaz e aberto a uma variabilidade informativa (itinerários, Centros de Interpretação, *Workshops*, sinalética no terreno, visitas virtuais, entre outros).

Todavia é necessário implementar medidas básicas, algumas já adoptadas na gestão do Património histórico europeu, especificamente em Inglaterra e Espanha, capazes de promover o Património Arqueológico e histórico a um pilar fundamental no Turismo, de forma articulada com o Património natural. Como medidas básicas destacam-se os seguintes aspectos:

- reconhecimento jurídico da paisagem;
- definição de políticas integradas na paisagem;
- determinação de procedimentos específicos que incrementem a participação do público e entidades;
- coordenação dos sectores público e privado relativamente a políticas territoriais, urbanísticas, culturais, ambientais e, até, agrícolas.

Todas estas medidas assentam em eixos principais:

- a sensibilização na sociedade e de todos os organismos envolventes;
- a formação e a educação a três níveis – formação de especialistas; programas pluridisciplinares que apostem na interacção entre os investigadores e escolas e/ou universidades;
- a identificação, avaliação e classificação das paisagens, com o objectivo de catalogar todo o Património paisagístico, de acordo com a sua tipologia.

Nesta perspectiva, destaca-se, por um lado, a importância da interdisciplinariedade, e por outro, da unicidade do Património europeu, devendo recorrer-se a formas de comunicação comuns em muitos programas culturais, como acontece no programa *Europa, um Património Comum e Cultura 2000*, no âmbito dos quais se pretendeu incrementar políticas de coordenação e cooperação de programas internacionais.

Ao identificarmos todas estas directrizes que regem os sítios arqueológicos, considerámos importante enunciar os programas de valorização levados a cabo pelo IPPAR, face à oferta patrimonial arqueológica. Deste modo e, de acordo com os princípios base da promoção de um sítio arqueológico (representatividade, delimitação territorial, capacidade de integração regional,

nacional e até europeia e, pólos de informação turística) concluímos que o principal problema/dificuldade reside na transmissão dos vestígios apresentados.

A fim de responder a este desafio, o IPPAR elaborou um Plano Operacional de Intervenções no Património, a aplicar até ao ano de 2006. Relativamente ao Património Arqueológico os seus principais objectivos, são²¹:

- *“Estruturar uma política de gestão corrente do património;*
- *Disponibilizar o património à fruição pública;*
- *Desenvolver uma articulação estreita com os sectores da educação e investigação;*
- *Melhorar o aproveitamento dos recursos culturais do ponto de vista turístico;*
- *(...)Estabelecer uma política de conteúdos culturais.”* (IPPAR – Património/Balanços e Perspectivas: 2000; 92-93)

Os objectivos apresentados possuem Programas Específicos, relacionados com a valorização do Património Arqueológico:

- *“Acolhimento ao público;*
- *(...) Serviços Educativos;*
- *Animação de monumentos/Património vivo;*
- *Organização dos conteúdos culturais;*
- *Programa editorial e multimédia “* (IPPAR – Património/Balanços e Perspectivas: 2000; 94-98)

No que concerne o Acolhimento ao público, o IPPAR considera que o factor humano é o principal reperiursor da necessidade de intervenção arqueológica, tendo vindo a apostar de forma gradual na formação de técnicos nos diversos Centros de Acolhimento e Interpretação; na adequação dos horários de funcionamento dos sítios arqueológicos e na estruturação dos Centros contemplando todo o tipo de público, independentemente das suas peculiaridades.

Relativamente aos Serviços Educativos, o IPPAR pretende dinamizar os arqueossítios fomentando a ligação às Escolas e entidades de ensino de forma a alertar e atrair futuros mercados e sensibilizar para as necessidades e importância do Património Arqueológico.

Na Animação de monumentos/Património vivo, o IPPAR pretende dinamizar os espaços históricos, combatendo a obrigatoriedade da sua visita, inserida na vertente escolar. Para isso, programa e organiza eventos e/ou jornadas de divulgação com o objectivo de dinamizar e

²¹ CF. Anexo referente ao Quadro n.º 6, IPPAR.

alargar o conceito de *Museu de Sítio* e, fortalecendo simultaneamente as relações que se estabelecem entre a população local e o público visitante.

Na organização dos conteúdos culturais, refere-se concretamente à criação e catalogação de todos os sítios arqueológicos, com o intuito de organizar a informação e, de modo a, facilitar a sua consulta. Esta situação só será exequível se o IPPAR elaborar uma base de dados e um Sistema de Informação Multimédia.

O Programa editorial e multimédia, integra a grande aposta do IPPAR na utilização das novas tecnologias ao serviço do Património histórico e arqueológico. Identificámos uma variedade de suportes disponíveis ao grande público:

- *“Colecção Sítios;*
- *Colecção Arte & Património;*
- *Colecção Cadernos;*
- *Colecção Roteiros;*
- *Publicações avulso;*
- *Co-edições de livros de carácter científico.” (IPPAR – Património/Balanços e Perspectivas: 2000; 98-99)*

Estes suportes apostam na promoção da comunicação normativa e funcional, dando resposta às necessidades gerais e específicas do público, de acordo com a especificidade do seu interesse.

Face ao exposto, e baseando-nos nas políticas de salvaguarda e revitalização do Património Arqueológico, seja rural ou urbano, identificámos discrepâncias no que concerne à promoção, conhecimento e monitorização do mesmo.

Neste trabalho destacámos e estudámos a revitalização e organização do Centro Histórico de Évora e, verificámos a existência de programas e preocupações específicas devidamente identificadas, neste espaço histórico. Mas, apesar da identificação dos pontos menos positivos apurámos, igualmente, a implementação de estratégias com o objectivo de atenuar os mesmos, como por exemplo, o *abandono* da residência do Centro Histórico da população local. Para combater este fenómeno a Câmara Municipal em parceria com outras entidades públicas e privadas de cariz regional e/ou nacional elaboraram programas culturais e educacionais específicos de forma a atrair a população local e visitantes ao Centro Histórico.

Ao compararmos o Programa Operacional de Intervenções do IPPAR com os inquéritos apresentados em anexo detectamos determinadas incoerências que consideramos oportunas mencionar:

- Fraca articulação com os sectores de educação local, à excepção de Milreu e Mértola.
- Fraco aproveitamento dos recursos culturais numa vertente turística, à excepção de São Cucufate, Alcalar e Mértola.
- Inexistência de animação nos sítios arqueológicos, salvo Miróbriga, Mértola e São Cucufate.
- Parca organização dos conteúdos culturais, onde podemos sublinhar o fraco recurso a novas tecnologias para uma futura estratégia de promoção. Este ponto está baseado no facto do IPPAR ser o principal promotor dos vários sítios arqueológicos, à excepção de Mértola e Cerro da Vila.

Com base na análise SWOT, abaixo apresentada, apurámos como principais fragilidades e ameaças nos sítios arqueológicos do Alentejo os seguintes itens:

	ALENTEJO
Pontos Fracos	
Inexistência de estruturas de apoio a turistas/visitantes de mobilidade reduzida no Centro de Acolhimento e Interpretação (excepto nas Ruínas Romanas de Miróbriga; Ruínas Romanas de São Cucufate)	◆◆
Inexistência de estruturas de apoio a turistas/visitantes de mobilidade reduzida no circuito arqueológico	◆◆◆
Inexistência de línguas estrangeiras nos meios expositivos no Centro de Acolhimento e Interpretação (excepto no Castelo e na Basílica Paleocristã do Conjunto Monumental de Mértola; Circuito Arqueológico da Cola; Villa Romana de Pisões)	◆◆
Inexistência de línguas estrangeiras nos meios expositivos no circuito interno (excepto nas Ruínas Romanas de Miróbriga; Villa Romana de Torre de Palma)	◆◆
Sinalética rudimentar nos acessos externos aos sítios arqueológicos (excepto no Centro Histórico de Évora; Villa Romana de Pisões; Ruínas de São Cucufate)	◆◆
Sinalética rudimentar no circuito arqueológico (excepto Villa Romana de Pisões; Ruínas Romanas de Miróbriga; Ruínas Romanas de São Cucufate)	◆◆
Dificuldade ou inexistência de estacionamento próprio (excepto na Gruta do Escoural; Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória; Ruínas Romanas de Miróbriga; Villa Romana de Pisões; Villa Romana de Torre de Palma em termos provisórios)	◆◆
Monitorização precária no circuito arqueológico (excepto no Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória; Ruínas Romanas de Miróbriga; Villa Romana de Pisões; Ruínas de São Cucufate)	◆◆
Inexistência de Guia (excepto na Gruta do Escoural; Conjunto Monumental de Mértola - Basílica Paleocristã; Ruínas de São Cucufate – a pedido)	◆◆◆

Quadro Avaliativo n.º 57

		ALENTEJO
Ameaças		
Pouca participação activa da população local (excepto na Casa do Arco nas Ruínas de São Cucufate)		◆◆◆
Condicionalismos na intervenção museológica		◆◆◆
Degradação das instalações sanitárias (excepto nas Ruínas Romanas de Miróbriga; Ruínas de São Cucufate)		◆◆◆

Quadro Avaliativo n.º 58

Existe uma urgente melhoria nas condições de visitabilidade para pessoas de mobilidade reduzida. A precariedade na sinalização dificulta o acesso dos turistas aos arqueossítios, influenciando o fosso existente entre o Património urbano e o rural.

Outro aspecto surpreendente é a ausência, em alguns sítios arqueológicos, de informação turística em língua estrangeira, circunstância que agrava quando o sítio não possui o acompanhamento de um guia.

No Algarve identificámos os mesmos pontos fracos que no Alentejo, designadamente: a escassez de sinalética e a inexistência de guia. Outras debilidades evidentes nos sítios arqueológicos do Algarve são:

		ALGARVE
Pontos Fracos		
Mau estado das vias de acesso exteriores ao sítio arqueológico (excepto na Villa Romana de Cerro da Vila)		◆◆
Falta de condições de visitabilidade para pessoas de mobilidade reduzida durante o circuito arqueológico (excepto no Monumentos Megalíticos de Alcalar)		◆◆
Transportes inexistentes e/ou precários (excepto na Villa Romana de Cerro da Vila)		◆◆

Quadro Avaliativo n.º 59

		ALGARVE
Ameaças		
Falta de estratégias promocionais conjuntas com outro tipo de Património regional		◆◆◆

Quadro Avaliativo n.º 60

Verificámos que no Algarve interior, ou rural, as estradas são péssimas, condicionando as visitas, em contraste com o investimento efectuado pelo IPPAR na melhoria das estruturas de apoio ao turista. Esta região, comparativamente com a anterior, possui Centros de Acolhimento e

Interpretação recentes com uma maior preocupação de enquadramento, visibilidade e informação turística.

O que permite questionar o interesse do investimento realizado se a sinalização e as vias de acesso não forem urgentemente reestruturadas.

A falta de guia é marcante em quase todos os sítios arqueológicos estudados, salvo na Gruta do Escoural ou nas Ruínas de São Cucufate. Ao longo do trabalho estivémos sempre atentos à importância deste recurso humano, devido a representar um elo de ligação entre um Património de difícil percepção e o visitante comum. Mas, também pelo facto de personalizar o sítio arqueológico explicitando determinadas características que de outra forma passariam despercebidas.

Nas ameaças é de alertar para a escassa articulação entre os sítios arqueológicos e a população e/ou entidades locais. O que conduz a médio e longo prazo a uma inércia na diversidade da oferta turística cultural e a uma falta de promoção estratégica nos variados mercados turísticos.

Globalmente, tanto no Alentejo como no Algarve, os sítios não dispõem de bons acessos: só São Cucufate possui caminho asfaltado. A qualidade do parque de estacionamento é variável existindo em Pisões um parque de estacionamento improvisado. As exposições são demasiado padronizadas, resumindo-se, maioritariamente, à apresentação de painéis. E a falta de estudos de mercado denota a ausência do delineamento no perfil do nicho de mercado, embora aparentemente, de acordo com o registo empírico predominem as *crianças*, enquadradas em visitas escolares.

Para que o Programa Operacional de Intervenções no Património tenha sucesso é imperativo que os sítios arqueológicos apliquem as seguintes soluções para determinadas fraquezas:

FRAQUEZAS	SOLUÇÕES POSSÍVEIS
- impossibilidade do percurso arqueológico ser efectuado por turistas/visitantes de mobilidade reduzida.	- enquadrado nas características do percurso arqueológico deve-se ponderar o impacto de passadeiras presentes nos Monumentos Megalíticos de Alcalar ou na Casa de Mitreo em Mérida.
- a inexistência de guia.	- aproveitamento dos recepcionistas existentes nos Centros de Acolhimento e Interpretação com funções de polivalência (guias/animadores), como está a ser efectuado nas Ruínas de São Cucufate.
- a precariedade da sinalização rodoviária e o mau estado das vias de acesso.	- programas de cooperação entre o IPPAR, entidades locais e autarquias.
- a inexistência de informação turística em língua estrangeira.	- é urgente a realização de estudos de mercado que consigam identificar o mercado-alvo e as suas necessidades, por um lado e, por outro, apresentar a eficácia do investimento realizado bem como a personalização do material promocional existente.

Quadro n.º 40

Contudo, os sítios arqueológicos não possuem somente pontos fracos e ameaças, durante a análise conseguimos identificar os principais pontos fortes e oportunidades dos sítios arqueológicos alentejanos:

	ALENTEJO
Pontos Fortes	
Enquadramento territorial	●●●
Visibilidade territorial	●●●
Circuito delineado (excepto no Conjunto Monumental de Mértola; Circuito Arqueológico da Cola; Ruínas Romanas de São Cucufate)	●●
Estruturas de Apoio e Acolhimento ao turista/visitante (excepto no Conjunto Monumental de Mértola; Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória; <u>provisoriamente</u> <i>Villa</i> Romana de Torre de Palma)	●●

Quadro Avaliativo n.º 61

	ALENTEJO
Oportunidades	
Melhoria nas acessibilidades externas aos sítios arqueológicos	●●
Reforço da visibilidade patrimonial, cultural e turística	●●●
Melhoria nos transportes	●●●
Aposta nas parcerias público-privadas para a valorização e promoção do Património histórico-arqueológico	●●●
Incremento de circuitos temáticos	●●●
Realização de actividades/acções pedagógicas e educativas com entidades locais	●●●
Melhoria nos meios expositivos ao longo do circuito arqueológico	●●●

Quadro Avaliativo n.º 62

Salientamos o enquadramento e a visibilidade territorial, aliada a intervenções discretas, sem rupturas com a envolvente e com forte articulação entre as estruturas arqueológicas e a paisagem antiga, como é o caso de Torre de Palma.

A aposta na melhoria das condições de receptibilidade, como por exemplo, o circuito devidamente estipulado e os Centros de Acolhimento e Interpretação complementam a riqueza do Património rural arqueológico.

No que respeita às oportunidades é de realçar a melhoria das vias de acesso e dos transportes colectivos e, a realização de parcerias na promoção e execução de actividades pedagógicas e educacionais com escolas e associações locais.

No que concerne ao Algarve verificámos os seguintes aspectos como pontos fortes e oportunidades:

	ALGARVE
Pontos Fortes	
Estruturas de Acolhimento e Interpretação a qualquer tipo de turista/visitante	●●●
Circuito delineado	●●●
Condições sanitárias a qualquer tipo de turista/visitante	●●●
Parque de estacionamento próprio	●●●
Existência de informação turística noutras línguas nas placas explicativas (excepto no percurso da <i>Villa Romana de Cerro da Vila</i>)	●●●

Quadro Avaliativo n.º 63

	ALGARVE
Oportunidades	
Promover a recuperação e valorização do Património turístico e arqueológico	●●●
Crescimento da complementaridade nos circuitos urbanos, culturais e temáticos	●●●
Realização de actividades pedagógicas e educativas com entidades locais	●●●

Quadro Avaliativo n.º 64

Os sítios arqueológicos do Algarve possuem estruturas de apoio a qualquer tipo de turista, como instalações sanitárias, parques de estacionamento próprio e informação turística em outras línguas. Estas características poderão estar ligadas ao movimento turístico que o Algarve, juntamente com as medidas tomadas no Programa Operacional de Intervenções no Património, que inclui, entre outros objectivos, a melhoria dos recursos patrimoniais na oferta de um produto turístico qualificado.

Ao analisarmos, globalmente os sítios arqueológicos destacamos dois locais no Alentejo e Algarve, que possuem as condições, do ponto de vista turístico, mais completas: as Ruínas de São Cucufate (Vidigueira - Alentejo); e os Monumentos Megalíticos de Alcalar (Alcalar - Algarve).

As Ruínas Romanas de São Cucufate oferecem um (a):

- bons acessos externos;
- bom parque de estacionamento;
- excelente Centro de Acolhimento e Interpretação;
- boas instalações sanitárias;
- guia turístico;
- actividades culturais com a participação activa da população local e visitante.

Os Monumentos Megalíticos de Alcalar possuem um (a):

- bom parque de estacionamento;
- excelente Centro de Acolhimento e Interpretação;
- boas instalações sanitárias;
- informação turística em outras línguas;
- circuito disponível para pessoas de mobilidade reduzida.

Curiosamente enquanto que em S. Cucufate o número de visitantes tem vindo a aumentar em Alcalar mantém-se estável e baixo em termos absolutos e relativos.

Apesar do Plano Operacional de Intervenções do IPPAR, apostar em várias vertentes directamente ligadas às necessidades básicas de um visitante, no terreno estas preocupações não se concretizaram amplamente. Como podemos verificar nos quadros atrás apresentados, identificamos como fragilidade evidente a escassez de infra-estruturas de apoio ao turista, bem como a sua mobilidade durante o percurso. Outro aspecto prende-se com a formação básica fornecida aos recepcionistas, que não possuindo conhecimentos específicos tendem a formar-se guias pouco criativos e comunicativos durante o circuito interno.

De acordo com o gráfico, referente ao número de visitantes anuais de cada sítio arqueológico, o sítio mais visitado entre 2002 a 2004 é Milreu. Por seu turno, apresentamos como os menos procurados os sítios arqueológicos de Torre de Palma e Castro da Cola.

Esta diferenciação na procura poder-se-á justificar perante os factores anteriormente detectados nos inquéritos, como também, devido à proximidade de centros turísticos receptores, caso de Milreu (a sua proximidade com Faro), por um lado e por outro, os difíceis acessos, a inexistência de sinalética ou a precaridade do percurso exterior, no caso dos menos procurados.

Identificamos uma descida geral no ano de 2003, caso que pode estar ligado à recessão económica fortemente sentida nesse ano e, que poderá ter condicionado a visita aos sítios arqueológicos.

Por último, destacamos a fraca utilização das NTIC (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação), comparativamente a outros sítios arqueológicos de cariz internacional, como verificámos na pesquisa da Internet relativamente a sítios arqueológicos franceses, ingleses e americanos.

Visitantes dos Sítios Arqueológicos

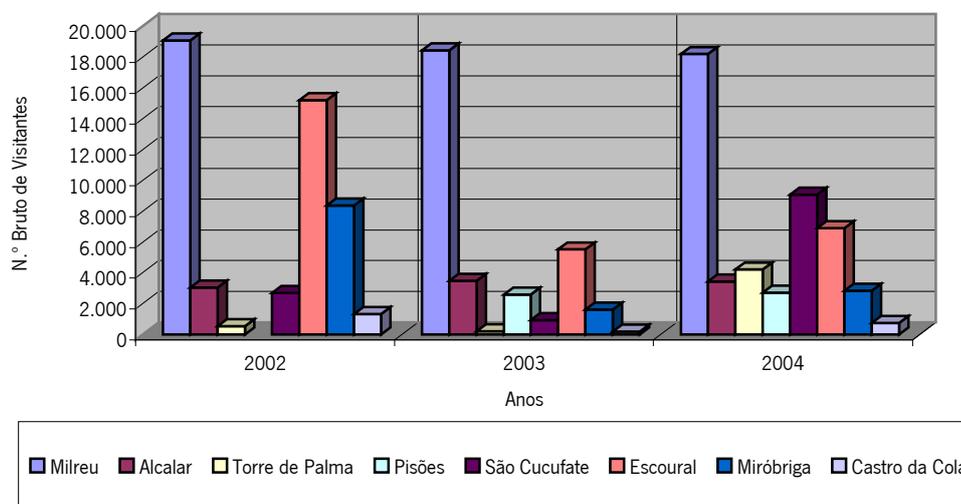


Gráfico n.º 22

Fonte: Inquéritos apresentados em Anexo.

Perante os factores apresentados no âmbito das preocupações actuais do novo Plano de Intervenção do IPPAR para a salvaguarda do Património Arqueológico rural sublinhamos as páginas consagradas por Filomena Barata (2004), ao tema e à evolução das novas técnicas de conservação, combatendo os meios estáticos em favor de políticas activas, constituindo as estruturas nas quais se materializa um elemento relacional de um povo e, conseqüentemente a sua identidade.

Aspecto que temos vindo a defender ao longo do trabalho, quando sublinhamos que nem tudo poderá ser preservado, porque financeiramente seria insuportável. Porém devemos ter em consideração que no interior ruralizado (objecto de estudo do nosso trabalho) são cruciais os investimentos no Património com o intuito de facultar aos monumentos *“uma visão disciplinar e cientificamente mais aprofundada de relação dos homens com um tempo e com um lugar (...) sobre um território de forma a torná-lo socialmente mais habitável.”* (BARATA; 2004: 18). O que implica que a população intervenha quer no processo de preservação quer nas actividades de atracção pois, actualmente, não podemos *“encarar apenas os bens culturais como objectos artísticos ou de «museografia» distanciados de uma teia de relações ou de uma dinâmica social e incapazes de criar novas redes de relacionamento.”* (BARATA; 2004: 13). De facto o cerne da questão prende-se, intimamente, com a interdisciplinariedade nos estudos, planificação, organização do processo de valorização e abertura ao público dos espaços arqueológicos. Neste

quadro os recursos, o planeamento territorial, a comunidade local e os investigadores formam uma relação histórica e social coesa com o objectivo de ilustrar um sítio, em que se cruzam Arqueologia, História e Cultura.

Outra das questões que se poderá colocar é a função/utilidade do material apresentado nos sítios arqueológicos. Este aspecto é muito complexo devido ao facto dos vestígios serem dificilmente legíveis na actualidade. Contudo, as animações culturais inseridas nestes espaços, bem como a utilização de novas tecnologias, já usadas em Espanha, Inglaterra e Estados Unidos da América, são meios facilitadores de comunicação e aproximação do turista/visitante ao contexto primordial do sítio arqueológico.

Se compararmos a organização e a aplicação de todas as estratégias promocionais e da divulgação turística de outros sítios arqueológicos internacionais, como foi o caso da página electrónica dos Parques Arqueológicos e Naturais da América, ou dos Sítios Arqueológicos e Temáticos da Inglaterra, ou do estudo da cidade de Mérida, notámos uma aplicação de métodos que visam a construção de informação científica, de visitas virtuais, da apresentação de bibliografia relativa ao sítio visitado ou que se pretende visitar, de actividades de animação educacional existente, e ainda de inter-relações entre a população local, os visitantes e o sítio. Aspectos que são inexistentes nas estratégias de promoção nacionais.

Fixando-nos nos sítios arqueológicos do Alentejo e Algarve concluímos que há ainda um longo caminho a percorrer, apesar das excelentes, condições em algumas estruturas, nomeadamente no Centro de Acolhimento e Interpretação das Ruínas de Milreu e de São Cucufate, no Algarve e Alentejo, respectivamente.

De facto, quando analisámos as técnicas que o Património Arqueológico internacional tem ao seu dispor verificámos que existe um fosso enorme relativamente à projecção do Património português, quer nos meios promocionais utilizados, quer nas parcerias e relações que se estabelecem entre promotores turísticos de diversos produtos, sejam eles de cariz natural, cultural, religioso e/ou histórico.

O sítio arqueológico é um espaço de conhecimento e lazer, cuja função principal é transmitir ao público em geral o seu uso inicial, o mais eficazmente possível. Consideramos importante que o IPPAR, como entidade titular da grande parte dos sítios apresentados neste estudo, aposte nas sinergias locais e, urgentemente, na melhoria dos acessos e na utilização das novas tecnologias.

Somos, portanto, levados a questionar a viabilidade futura de toda a intervenção realizada nos diversos sítios arqueológicos, pelo simples facto de aspectos cruciais não estarem devidamente alcançados em 2006. Reforçamos a tese de que o Património Arqueológico é importante na diversificação dos produtos turísticos nacionais, fomentando um Turismo Cultural de qualidade. Contudo, é necessário e urgente que todos os intervenientes necessários cooperem para a valorização do mesmo, sob pena de continuarmos a relegar para segundo plano o interior ruralizado do nosso país.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise dos resultados das intervenções levadas a cabo no Património Arqueológico em contexto urbano e rural, concluímos que ficaram muito aquém do esperado no Plano Operacional de Intervenções no Património do IPPAR.

No entanto, avaliar o investimento, realizado ao longo destes anos, foi extremamente difícil, devido à inexistência de estudos de mercado que definam o perfil da procura dos sítios arqueológicos.

Consequentemente, colocamos uma primeira questão: será vantajoso aumentar o número de visitantes destes arqueossítios? Esta dúvida baseia-se no desenho do perfil geral do turista com motivações culturais, que viaja, principalmente, pelo conhecimento profundo do destino visitado, procurando lugares com forte cariz cultural e histórico, mas tranquilos. É um segmento de mercado com um perfil educacional elevado e com um forte poder de compra. Assim, não se coloca o preço do produto oferecido mas, a qualidade global do mesmo. Relativamente ao preço identificámos dois aspectos deveras curioso: o custo da entrada varia de sítio para sítio²² e os meios promocionais e informativos serem comprados à parte. Este aspecto indicia falta de estratégia ou desconhecimento dos segmentos de mercado.

Consideramos assim que existem alguns pontos que deverão ser urgentemente melhorados. De acordo com a análise SWOT das duas regiões analisadas:

Análise SWOT do Alentejo e Algarve

Pontes Fortes	
Diversidade de atractivos turísticos	●●●
Diversidade do Património Histórico e Natural, que apresentam um vasto número de zonas de interesse turístico	●●
Existência de potenciais de desenvolvimento de diversos produtos turísticos, designadamente articulando a oferta relativamente padronizada/massificada com a oferta de turismos novos/alternativos	●●

Quadro Avaliativo n.º 65

²² CF ANEXO, QUADRO N.º 15, INFORMAÇÃO FACULTADA PELO IPPAR E LUSOTUR II.

Oportunidades	
Crescimento da procura de actividades de ar livre	••
Crescimento dos circuitos urbanos e culturais e temáticos	•••
Reforço da visibilidade patrimonial, cultural e turística	••
Melhoria das acessibilidades e transportes	••

Quadro Avaliativo n.º 66

Pontos Fracos	
Deficiências nos equipamentos e serviços complementares do turismo, particularmente nos serviços conexos à mobilidade dos turistas	◆◆◆
Escassez de recursos humanos e insuficiências no âmbito da formação profissional, em especial na adequação às diferentes características dos produtos turísticos e dos turistas que os procuram	◆◆◆
Deficiências na sinalização turística regional e municipal	◆◆
Deficiente utilização de novas tecnologias	◆◆
Limitações do <i>staff</i> técnico de apoio ao turismo	◆◆◆

Quadro Avaliativo n.º 67

Ameaças	
Degradação patrimonial e ambiental	◆
Deficientes acessibilidades rodo e ferroviárias	◆◆
Debilidade do tecido empresarial turístico	◆◆
Dificuldades de concertação entre o público/privado.	◆◆

Quadro Avaliativo n.º 68

Consideramos como principais fragilidades e ameaças a pouca formação e a escassez de recursos humanos, capazes de facultar conhecimentos aprofundados do sítio visitado; a fraca monitorização dos locais; a deficiente resposta dos acessos quer sejam relativos a transporte, quer ao estado das vias, acompanhados de uma má sinalização rodoviária.

De acordo com esta análise entendemos, também, que a promoção do Património Arqueológico poderia servir de plataforma para outros tipos de Património, como por exemplo o natural ou cultural, fomentando o *Touring*. Baseando-nos nos pontos fortes e oportunidades pudémos identificar a diversidade do Património existente no Alentejo e no Algarve. Contudo sempre que pensamos no Algarve associamo-lo, instintivamente a Turismo e simultaneamente, às praias. Mas, ao visitarmos os sítios arqueológicos, descobrimos não só o Algarve ruralizado com profundas raízes, mas também um Algarve onde a história, o ambiente e a população local participam, activamente, em todo o processo da *imagem de marca* combatendo um Algarve massificado.

Por conseguinte, acreditamos que o Património Arqueológico poderá fomentar o desenvolvimento turístico regional, fornecendo uma oferta diversificada onde num só produto poderiam coexistir diversos recursos, como o arqueológico, histórico, cultural e natural, complementado com o crescimento do comércio local. Mas, para que esta promoção se torne realidade é crucial o uso das novas tecnologias, por exemplo, nos Centros de Acolhimento e Interpretação, como instrumentos de promoção e informação dos serviços existentes nos vários tipos de Património enquadrados na região receptora. É igualmente importante o uso das NTIC perante as necessidades do nicho de mercado do Turismo Cultural, pois quando acedemos aos Websites dos sítios arqueológicos estrangeiros verificamos que são veículos de informação primordial.

Que este trabalho possa contribuir para valorizar os magníficos recursos que visitámos é o voto que formulamos nestas últimas linhas.